



## PREGÃO ELETRÔNICO nº 26/2021

Processo nº 446/2021

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**, através de seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 13/2021 da Presidência desta Corte, comunica aos interessados que, devidamente autorizado pelo Sr. Ordenador de Despesas nos autos do processo em referência, fará realizar licitação por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - INTERNET, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como dos Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e nº 3.784, de 06 de abril de 2001, e suas alterações, nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 e pelas cláusulas e condições constantes deste edital e, subsidiariamente, pelas normas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, com as devidas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** 28/06/2021, ÀS 09 HORAS.

### I – DO OBJETO

**1.1** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, QUE OPERE PLANO OU SEGURO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA EXECUÇÃO, DE FORMA INDIRETA E CONTÍNUA, DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR A SERVIDORES, MAGISTRADOS E RESPECTIVOS DEPENDENTES E PENSIONISTAS**, conforme detalhado no Termo de Referência.

**1.1.1** O serviço deverá ser prestado conforme descrito no Termo de Referência.

**1.1.2** Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Sistema *Comprasnet* e as constantes deste edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

**1.2** Em hipótese alguma o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço a ser prestado.



**1.3** Maiores informações referentes à perfeita caracterização do objeto, encontram-se minuciosamente descritas no Termo de Referência e demais anexos do presente instrumento convocatório.

**1.4** A despesa com a contratação pretendida correrá durante o presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho nº 02.301.0033.2004.0033, item 33.90.39, do Orçamento Geral da União.

**1.5 Fazem parte deste edital:**

- Termo de Referência;
- Anexo I – Planilhas De Preço Estimado;
- Anexo II – Planilhas De Formação De Preços;
- Anexo III – Planilhas De Credenciamento;
- Anexo IV – Distribuição Dos Beneficiários Por Categoria, Sexo E Faixas Etárias;
- Anexo V – Modelo de Declaração ref. Resolução nº 07/05 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo VI – Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia de Execução Contratual;
- Anexo VII – Modelo de Declaração ref. Leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;
- Minuta do Contrato.

**II - DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

**2.1** Até às 16 horas do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente ato convocatório ou enviar pedidos de esclarecimentos, por meio eletrônico, via internet, através do seguinte endereço: [pregao.eletronico@trt1.jus.br](mailto:pregao.eletronico@trt1.jus.br), informando o número do pregão.

**2.2** O pregoeiro decidirá sobre a impugnação e responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

**2.3** A impugnação não possui efeito suspensivo.

**2.4** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**2.5** Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão respondidos pelo pregoeiro e divulgados nos sítios [www.trt1.jus.br](http://www.trt1.jus.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

**III - DA REFERÊNCIA DE TEMPO**



3.1 Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### **IV - DA PARTICIPAÇÃO**

4.1 Esta licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico será realizada em sessão pública *online*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

4.2. Para participação neste Pregão, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, **as empresas deverão:**

- a) atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;
- b) estar devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico;
- c) possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

#### **4.3 Não poderão participar:**

- a) empresas que estejam suspensas de participar de licitação com este TRT da 1ª Região, conforme disposto no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- b) empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a União Federal, conforme disposto no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 49, do Decreto nº 10.024/2019;
- c) empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;
- d) empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial, sob as penas da legislação vigente;
- e) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- f) servidores ou dirigentes deste órgão, conforme artigo 9º, III da Lei 8.666/93;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nesta condição, em observância ao entendimento fixado no Acórdão nº 746/2014-Plenário do TCU;



h) Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VI, da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

i) Empresários proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98.

## **V - DO CREDENCIAMENTO**

5.1 Os interessados em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), provedor do Sistema Eletrônico utilizado nesta licitação, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), observado o seguinte:

- a) o credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) o credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- c) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;
- d) o credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

## **VI - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO**



**6.1** Os licitantes deverão encaminhar proposta, juntamente com os documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**6.1.1** Deverá ser consignado no campo apropriado do sistema eletrônico o **PREÇO GLOBAL PARA O PLANO BÁSICO TIPO “B”**, definido na alínea “b” do subitem 4.4.2 do Termo de Referência, para o quantitativo estimado de beneficiários-titulares, dependentes legais e dependentes especiais que compõem os grupos de beneficiários, conforme a planilha do Anexo I referente ao período de 30 (trinta) meses de prestação do serviço, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

**6.1.2** Não serão aceitos custos de implantação dos serviços.

**6.1.3** No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto, bem como o prazo de validade da proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação daquele indicado neste edital.

**6.1.4** As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**6.1.5** O cadastramento da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

**6.2** É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação.

**6.3 A documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XIII deste edital deverá ser anexada no campo “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” do sistema Comprasnet, no momento do cadastramento da proposta.**

**6.3.1** Os licitantes ficarão dispensados de anexar os documentos de habilitação que estejam cadastrados e disponibilizados para download no SICAF, dentro do prazo de validade.

**6.4** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.5** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



**6.6** Os licitantes devem encaminhar, no ato de envio de suas propostas, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:

- a) Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- b) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração de elaboração independente de proposta;
- d) Que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- e) Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- f) Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT.

**6.7** O licitante declarará ainda, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**6.8** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos e exigências estabelecidos nos subitens 6.6 e 6.7 sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

## **VII - DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1** A partir do horário previsto no preâmbulo do edital terá início a sessão pública virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**7.2** Iniciada a sessão pública, não serão admitidas solicitações de desistência de proposta.

**7.3** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**7.4** O sistema eletrônico ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.



**7.5** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no chat, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

**7.6** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública virtual do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou de sua desconexão.

## **VIII - DA ETAPA DE LANCES**

**8.1** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**8.2** Os lances deverão ser ofertados pelo **PREÇO GLOBAL PARA O PLANO BÁSICO TIPO “B”**, definido na alínea “b” do subitem 4.4.2 do Termo de Referência, para o quantitativo estimado de beneficiários-titulares, dependentes legais e dependentes especiais que compõem os grupos de beneficiários, conforme a planilha do Anexo I referente ao período de 30 (trinta) meses de prestação do serviço, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

**8.3** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.4** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, assim como não serão aceitos lances com mais de duas casas decimais, os quais serão cancelados.

**8.5** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.6** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.6.1** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **IX – DO MODO DE DISPUTA**



**9.1** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**, conforme procedimento estabelecido no art. 32 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

**9.2** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

**9.3** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate estabelecidos no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

**9.3.1** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**9.4** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **X - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

**10.1** Será julgada vencedora a proposta que, atendendo a todos os requisitos previstos neste Edital e no Termo de Referência, contiver o **MENOR PREÇO GLOBAL PARA O PLANO BÁSICO TIPO “B”**, definido na alínea “b” do subitem 4.4.2 do Termo de Referência, para o quantitativo estimado de beneficiários-titulares, dependentes legais e dependentes especiais que compõem os grupos de beneficiários, conforme a planilha do Anexo I referente ao período de 30 (trinta) meses de prestação do serviço, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

## **XI – DA NEGOCIAÇÃO**

**11.1** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

**11.1.1** A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (chat) disponibilizado no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**12.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em



relação ao máximo estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item XIII.

**12.2 A proposta do licitante classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada, já adequada ao último lance ofertado após a negociação, via sistema *Comprasnet* – por meio da funcionalidade “convocação de anexos” – no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação feita pelo pregoeiro no *chat* de mensagens, sob pena de desclassificação.**

**12.2.1** Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do pregoeiro, poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico [pregao.eletronico@trt1.jus.br](mailto:pregao.eletronico@trt1.jus.br).

**12.2.2 O não envio da proposta adequada ao último lance ofertado significa a não manutenção da proposta. Nesse caso, será instaurado processo administrativo podendo culminar com a aplicação das sanções previstas neste edital.**

**12.3A arrematante deverá apresentar sua proposta de preço de acordo com o modelo do Anexo II, informando preço *per capita* mensal por faixa etária, para cada um dos planos (modalidades) e grupos, informando, ainda, sua razão social, CNPJ, número de telefone, e-mail e endereço.**

**12.3.1 Não será permitido que o preço da última faixa etária seja maior do que seis vezes aquele estipulado para a faixa inicial.**

**12.3.2 A variação acumulada entre a sétima e a décima faixas também não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas, nos termos da Resolução Normativa – RN nº 63 da ANS, de 22/12/2003.**

**12.4 A proposta comercial deverá conter as seguintes informações:**

- a) prazo de validade da proposta;
- b) razão social do licitante, o CNPJ, número (s) de telefone (s), e-mail e o respectivo endereço.

**12.4.1** Não havendo indicação do prazo acima mencionado ou na hipótese de divergência em relação àqueles estabelecidos neste edital, serão considerados os constantes do edital.

**12.5 O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo as planilhas de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRT, ou quando forem constatados erros de somatório/cálculos.**



**12.6 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado, via sistema *Comprasnet*, no mesmo prazo estabelecido no subitem 12.2, a contar da convocação feita pelo pregoeiro.**

**12.7** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**12.8** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, ultrapassado o prazo para recurso, o objeto do Pregão será adjudicado ao mesmo.

### **XIII- DA HABILITAÇÃO**

**13.1** A habilitação do licitante será verificada mediante a análise dos seguintes documentos:

- a)
  - 1. Registro Comercial, no caso de empresário individual;
  - 2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, tratando-se de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de sociedades simples, a inscrição do ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. (Os documentos referidos neste item deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva);
  - 3. Decreto de autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- d) Prova de Regularidade para com a Seguridade Social (INSS);



- e) Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil;
- g) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal, conforme o caso.
- h) Certidões negativas de falências e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da empresa.
- i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta:

i.1) Consideram-se exigíveis o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do ano imediatamente anterior ao da presente licitação, caso a arrematante seja convocada à apresentação de sua proposta em data posterior ao último dia do mês de maio.

i.2) Os índices a serem analisados serão o de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), demonstrando valores superiores aos abaixo indicados, resultantes da aplicação das fórmulas, observado o disposto no subitem 11.1, "i.2.1":

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

i.2.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 13.1, "i.2" deverão comprovar, no momento da habilitação, patrimônio líquido de, no mínimo, 10% do valor global estimado neste edital. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de documento assinado por profissional legalmente habilitado, desde que não seja possível a obtenção dessa informação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.



j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), consoante art. 29, V, da Lei nº 8.666/93;

k) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

l) Declaração de que não possui inscrição no Cadastro de Empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016 e de não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. nº 29 e 105, na forma do ANEXO VII.

**13.2** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**13.2.1** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

**13.2.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de



improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.3** Os licitantes ficarão dispensados de apresentar os documentos anexados ao SICAF, caso estes estejam dentro do prazo de validade.

**13.3.1** No caso do subitem 13.3, o pregoeiro verificará a conformidade das informações constantes na Declaração do SICAF com os correspondentes documentos anexados ao sistema.

**13.3.2** O pregoeiro poderá emitir, por meio de sítio na internet, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) mencionada na alínea “j”, caso esta não esteja cadastrada no SICAF.

**13.3.3** Caso conste no cadastro do SICAF algum documento de habilitação com data de validade expirada, o pregoeiro poderá efetuar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões (*internet*), a fim de obter as informações necessárias à habilitação do licitante.

**13.3.4** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**13.4** O pregoeiro verificará se o licitante efetuou, em campo próprio do sistema *Comprasnet*, a declaração a que alude o subitem 13.1, alínea “k”.

**13.5** Se as declarações a que alude a alínea “l” do subitem 13.1 não forem anexadas ao sistema *Comprasnet* no momento do cadastramento da proposta, o pregoeiro solicitará que o arrematante proceda ao envio no prazo e na forma do subitem 12.2 do edital.

**13.6** Os documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF e/ou que estejam com a data de validade expirada (não sendo possível validação/consulta via internet), deverão ser anexados ao sistema *Comprasnet* no momento do cadastramento da proposta comercial, conforme disposto no subitem 6.3 deste edital.

**13.7** O licitante deverá anexar juntamente com a proposta, na forma do subitem 6.3 do edital, a seguinte documentação de habilitação técnica:

a) Pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou, de forma satisfatória, serviço de assistência médico hospitalar, com características semelhantes e compatíveis com as descritas no Termo de Referência.



**a.1)** Entende-se por semelhança e compatibilidade com o objeto contratual a execução, de forma não eventual, de serviços de assistência médico hospitalar, através de Plano ou Seguro Saúde, prestados concomitantemente a um contingente, mínimo, de 3.157 (três mil, cento e cinquenta e sete) beneficiários.

**a.2)** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.

**a.3)** A arrematante, se julgar necessário, poderá apresentar cópias de contratos, declarações ou outros documentos idôneos para comprovação/complementação das informações e qualificações que, pelos atestados, pretende demonstrar.

**a.4)** Todos os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da ARREMATANTE, contendo os seguintes dados:

- Razão Social, CNPJ e endereço completo da empresa emitente.
- Razão Social da ARREMATANTE.
- Número do contrato(se houver).
- Vigência do contrato: De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.
- Objeto do contrato.
- Descrição do objeto do contrato.
- Local e data de emissão do Atestado.
- Nome e assinatura do signatário, telefone para contato.

**b)** Certidão de Registro válido junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para comprovar que a licitante está apta a comercializar os produtos (planos) cotados, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98.

**c)** Caso a arrematante seja Cooperativa, deverão ser apresentadas certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) referentes a todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação de serviços (Acórdão – TCU 668/2005 – Plenário).

### **13.8 É vedado à Contratada se apresentar em forma de consórcio.**

**13.9** Os documentos exigidos poderão ser analisados pela unidade técnica para emissão de parecer técnico em eventual diligência instaurada pelo pregoeiro(a), o(a) qual poderá considerá-lo no julgamento da habilitação.

**13.10** A Contratante poderá promover visita às dependências da arrematante e consulta às entidades competentes, a fim de comprovar a exatidão das informações contidas nos documentos requeridos.



**13.10.1** Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

**13.10.2** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**13.11** Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar o CNPJ desse estabelecimento para consulta *online* ao SICAF, observado o disposto no subitem 13.6.

**13.12** As Certidões terão o prazo de validade que lhes são próprios; inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**13.13** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no presente edital.

**13.14** Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, deverá o licitante apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, em até 10 (dez) dias úteis, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às sanções previstas neste edital.

**13.15** A ausência do envio da documentação exigida para o certame ensejará a instauração de processo administrativo, que poderá culminar com a aplicação das sanções previstas neste edital.

**13.16** Se a documentação de habilitação não estiver completa e em estrita conformidade com as exigências deste edital, o licitante será inabilitado.

**13.16.1** Documentos apresentados com a validade expirada também acarretarão a inabilitação do licitante.

**13.17** As condições de habilitação deverão ser mantidas durante todo o procedimento licitatório.

#### **XIV- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**14.1** Declarada a empresa vencedora no sistema, qualquer licitante poderá manifestar, no prazo de 01 (uma) hora, motivadamente, em campo próprio, a intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso escritas, ficando as demais licitantes, desde logo,



intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.1.1** O encaminhamento das razões de recurso e das contrarrazões deverá ser feito somente por meio do sistema eletrônico.

**14.2** A falta de manifestação de recorrer no prazo de 01 (uma) hora importará em decadência do exercício do direito de recorrer. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

**14.3** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.4** Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

## **XV - DA HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** Não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e à Administração do TRT da 1ª Região, homologar o procedimento licitatório.

**15.2** Havendo recurso, a Administração do TRT da 1ª Região, após deliberar sobre o mesmo, fará a adjudicação do objeto, homologando o procedimento licitatório, na forma do artigo 45 do Decreto 10.024/2019.

## **XVI - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**16.1** A licitante vencedora deverá assinar o termo contratual no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação, conforme prevê o artigo 64 da Lei nº 8.666/93.

**16.2** A adjudicatária deverá apresentar Declaração, antes da efetivação da contratação, de que possui e manterá durante toda vigência do contrato, as seguintes condições:

**16.2.1** Não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016.

**16.2.2** Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do



artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. nº 29 e 105.

**16.3** Quando da assinatura do contrato, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas.

**16.3.1** O TRT também realizará consulta “online” ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (CADIN). O resultado da consulta ao CADIN, que será anexado aos autos do processo administrativo, não será fator impeditivo para a assinatura do contrato (Acórdão Nº 6246/2010 – TCU – 2ª Câmara).

## **XVII-OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**17.1** São obrigações e responsabilidades da Contratada as estabelecidas no item 6.0 do Termo de Referência e no contrato, bem como as estabelecidas neste item.

**17.2A** Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições a que se referem os subitens 16.2.1 e 16.2.2, sob pena de rescisão contratual.

**17.3A** Contratada deverá ainda apresentar à fiscalização, declaração, na forma do Anexo V deste edital, de que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e de que não promoverá a inclusão em seu quadro profissional durante toda a execução contratual, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

## **XVIII -DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**18.1** A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, com atribuições específicas, formalmente designado por meio de Portaria, nos termos dispostos no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e no Ato nº 156, de 16/09/2019.

## **XIX-DA RESCISÃO DO CONTRATO**



**19.1** A inexecução parcial ou total do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em lei.

**19.2** Constituirá motivo para rescisão unilateral a infração ao disposto no item 17.2 deste Edital.

## **XX- DO VALOR ESTIMADO**

**20.1** Estimam-se para a prestação do serviço o valor mensal de R\$ 6.776.459,12 (seis milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) e o valor global de R\$ 203.293.773,60 (duzentos e três milhões, duzentos e noventa e três mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta centavos), de acordo com a planilha de preço estimado do Anexo I.

**20.1.2O** valor estimado mensal foi calculado com lastro no Plano Básico “B”, descrito na alínea “b” do subitem 4.4.2 do Termo de Referência, para os grupos de beneficiários constantes do objeto da presente licitação.

**20.2** Os valores unitários e global estimados pelo Tribunal, constantes do Anexo I, deverão ser considerados pelas licitantes como preço máximo, conforme disposto no art. 40, inciso X da Lei 8.666/93.

## **XXI - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**21.1O** prazo de vigência contratual será de 30 (trinta) meses, contados a partir de 1º de setembro de 2021, ressalvada a hipótese de prorrogação contratual nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

## **XXII-DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO DE VALOR POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA**

**22.1O** reajuste dos preços cobrados no contrato celebrado com a empresa contratada terá como parâmetro o índice de reajuste fixado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos individuais e familiares, e nunca em período inferior a 12 (doze) meses, conforme determina a Lei nº 10.192 de 14/02/2001, tudo comunicado àquela Agência dentro do prazo legal.

**22.2** Os preços contratuais poderão ser revistos em função da sinistralidade, caso seja alterado o índice de 0,75 (setenta e cinco centésimos), sendo o percentual de revisão apurado pela média das sinistralidades verificadas mensalmente, observada a mesma periodicidade anual determinada para os reajustes na forma do subitem anterior, devendo ser a sinistralidade apurada com base na comprovação dos elementos de custo que a compõem, na forma descrita nos subitens 4.13.4 e 4.13.7 do Termo de Referência.



**22.3** A revisão dos preços por sinistralidade, conforme subitem 22.2, será aplicada somente no que superar o reajuste previsto no subitem 22.1.

**22.4** A alteração de valor por mudança de faixa etária dos beneficiários deverá ser efetuada tendo como base os preços contratados para a respectiva faixa e os reajustes e as revisões que porventura tenham ocorrido entre o período da contratação e o da efetiva mudança de faixa etária, incidindo a alteração no mês seguinte àquele em que o beneficiário mudou de faixa etária.

### **XXIII - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**23.1** Será exigida da licitante vencedora a apresentação ao Gestor do Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação da garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, com validade para todo o período de execução do objeto do contrato, mediante a opção por uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/93:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;**
- b. Seguro garantia; ou**
- c. Fiança bancária.**

**23.2** A garantia contratual na modalidade de caução em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito em uma conta garantia na Caixa Econômica Federal, conforme artigo 82 do Decreto nº 93.872/1986, titulada pelas partes: Contratado (caucionário) e Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (beneficiário).

**23.3** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**23.4** A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

**23.5** A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante no Anexo VI.

**23.6** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da



Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

**23.7** Havendo prorrogação da vigência contratual, a Contratada deverá apresentar complementação da garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor global dos serviços referentes ao período acrescido, com validade por todo o período prorrogado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de início dos efeitos do aditivo.

**23.8** No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

**23.9** Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventualmente valores devidos à Contratante.

**23.10** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

**23.10.1** A inobservância do prazo fixado para a atualização da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor acrescido, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

**23.11** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite do valor a ser garantido, a título de garantia.

**23.12** A retenção efetuada com base no subitem 23.11 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

**23.13** A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem 23.11 por qualquer das modalidades de garantia.

**23.14** O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia, após o regular processo administrativo, poderá ser glosado de pagamento devido à Contratada.

**23.15** O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.



## **XXIV - DO PAGAMENTO**

**24.1** O pagamento à Contratada será mensal e por valor variável, correspondendo à soma dos valores obtidos após a multiplicação do número de inscritos de cada contrato, em cada faixa etária e em cada um dos planos, pelos respectivos preços per capita contratados.

**24.2** O pagamento será efetuado em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura.

**24.2.1** Nos casos de que trata o § 3º, do art. 5º da Lei 8.666/93, os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura.

**24.2.2** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a unidade gestora realizar o ateste da execução do objeto do contrato, adimplemento de cada parcela, limitado a 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente ao da prestação do serviço.

**24.3** Fica a Contratada ciente de que, quando da ocasião do pagamento, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas.

**24.4** A Contratante poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento com as obrigações mencionadas no subitem 24.3.

**24.5** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação de despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, devendo, nessa hipótese, o prazo para pagamento ser iniciado após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**24.6** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, sendo que será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**24.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

**EM = N x VP x I, onde:**

**EM** = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;



**N** = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela em atraso;

**I** = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:  $I = (6/100)/365$ .

**24.8** Fica a empresa vencedora ciente da obrigatoriedade de apresentação do Termo de Opção pelo Simples, quando assim couber, juntamente com a primeira Nota Fiscal, sem prejuízo de a empresa informar imediatamente ao Tribunal, a qualquer tempo, qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

**24.8.1** A declaração de que trata o caput poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**24.8.2** Caso a empresa vencedora deixe de apresentar o termo de opção pelo simples, o Tribunal verificará sua permanência no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional.

**24.8.3** Verificando-se que a empresa não consta do cadastro do Simples Nacional, após a consulta realizada na forma do subitem 24.8.2, o Tribunal procederá ao desconto no pagamento devido à empresa do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430 de 27/12/96.

**24.8.4** A empresa vencedora deverá apresentar novo Termo de Opção pelo Simples no caso de prorrogação da vigência contratual.

## **XXV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520 de 10/07/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais previstas na Lei 8.666/93, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa.

**25.2** A penalidade de multa será aplicada de acordo com a tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor mensal da nota fiscal/fatura
2	0,4% sobre o valor mensal da nota fiscal/fatura



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO



3	0,8% sobre o valor mensal da nota fiscal/fatura
4	1% sobre o valor mensal da nota fiscal/fatura
5	1,5% sobre o valor mensal da nota fiscal/fatura
6	2% sobre o valor mensal da nota fiscal/fatura

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	CONDUTAS GERAIS		
1	Dificultar a comunicação com o preposto da empresa por falta de contato com o número de telefone/e-mail fornecido.	2	Por mês de ocorrência.
2	Recusar-se, injustificadamente, a executar serviço previsto no Documento de Referência/contrato.	5	Por mês de ocorrência.
3	Deixar de cumprir, injustificadamente, determinação formal ou instrução complementar do gestor ou fiscais do contrato.	2	Por funcionário e a cada mês de ocorrência.
4	Entregar com atraso e de forma injustificada os esclarecimentos formais solicitados pela gestão/fiscalização do contrato.	1	Por funcionário e a cada mês de ocorrência.
5	Deixar de comunicar ao gestor/fiscal do contrato qualquer anormalidade referente à execução dos serviços.	2	Por mês de ocorrência.
6	Suspender ou interromper a execução dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior.	6	Por serviço recusado.
7	Deixar de manter as condições de habilitação para a contratação.	4	Por descumprimento .
8	Descumprir quaisquer outras obrigações previstas no Documento de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza.	2	Por dia, limitado a 1%.
OBS:	A critério da autoridade competente, considerando a falta de gravidade da conduta e ausência de prejuízos, poderá ser aplicada a penalidade de Advertência na primeira ocorrência das condutas descritas nesta tabela.		
OBS2:	As multas previstas nesta tabela são cumuláveis, limitando-se a 10% sobre o valor mensal do contrato a totalidade das multas a serem aplicadas por mês.		
MULTAS POR ATRASO NO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E POR INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL			
1	Inexecução parcial. Entendendo-se como qualquer ato promovido pela Contratada que implique a descontinuidade dos serviços.	10% sobre o valor da contratação ou da parcela inadimplida.	
2	Inexecução total.	Até 30% sobre o valor total da contratação ou da parcela inadimplida.	

**25.3** Sujeita-se também a contratada às penalidades previstas nos incisos I e III do Art. 87, da Lei 8.666/93.

**25.4** O procedimento administrativo, para apurar a existência de fatos ensejadores de aplicação de penalidades, será regido pelo Ato nº 18/2017 da Presidência do TRT da 1ª Região.



**25.5** Na forma o Ato nº 18/2017 da Presidência deste TRT, o valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será deduzido dos créditos futuros da contratada ou, se inviabilizado, cobrado por meio de GRU. Inviabilizada a dedução e havendo inadimplemento da GRU, será executada a garantia de execução contratual. Não se efetivando o pagamento por um dos meios anteriores, serão adotadas as providências inerentes à inscrição em dívida ativa.

**25.5.1** A Contratada autoriza o TRT/RJ a descontar das faturas devidas, os valores correspondentes às multas aplicadas.

**25.6** As sanções previstas nos itens 25.1 e 25.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

**25.7** É vedado elevar arbitrariamente os preços, vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida, tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se o infrator à pena de detenção, de 03 (três) a 06 (seis) anos sem prejuízo das sanções acima elencadas.

## **XXVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1** Fica ressalvado ao TRT/RJ o direito de, por provocação ou de ofício, em razão de ilegalidade, anular, no todo ou em parte, ou revogar por interesse público a presente Licitação, bem como aumentar ou suprimir o valor da presente aquisição, dentro dos limites fixados, em conformidade com os arts. 49 e 65, §§ 1º e 2º, ambos da Lei 8.666/93.

**26.2** Fica a licitante ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

**26.3** A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

**26.4** Não será permitida a subcontratação, conforme item 5.0 do termo de referência.

**26.5** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso da Comissão Permanente de Licitação.



**26.6** Quaisquer esclarecimentos e/ou alterações serão comunicados por meio do site do TRT - [www.trt1.jus.br](http://www.trt1.jus.br) e [www.comprasnet.com.br](http://www.comprasnet.com.br). As retificações, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes.

**26.7** O sistema eletrônico produzirá, automaticamente, ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal – *Comprasnet* e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

**26.8** O resultado desta licitação será divulgado no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) publicado na Imprensa Oficial.

**26.9** Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2021.

Rodrigo de Matos Franco da Rocha  
Diretor Substituto da Secretaria de Administração de Contratos - SCO



## ANEXO V

Modelo de Declaração Referente Resolução CNJ nº 07/2005

Ref.: Pregão nº 26/2021

....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ....., e do CPF nº ....., DECLARA que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e que não promoverá a inclusão em seu quadro profissional durante toda a execução contratual, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

.....  
(data)

.....  
(representante)



## ANEXO VI

### Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia de Execução Contratual

Ref.: Pregão nº 26/2021

1. Pela presente, o (a) ..... (nome da instituição fiadora) com sede em ..... (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa ..... (nome da empresa afiançada), com sede em ..... (endereço completo), até o limite de R\$ ..... (valor da garantia) ..... (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº ..... (número do contrato), decorrente do processo licitatório ..... (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para ..... (objeto da licitação).

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato acima tratado, abrangendo o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

3. Esta fiança é válida por ..... (período correspondente à vigência do contrato acrescida de 3 (três) meses, quando previsto no Edital), contados a partir de ..... (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto, em ..... (último dia de vigência).

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o FIADOR efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.



7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o FIADOR não tiver recebido do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)



**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

Ref.: Pregão nº 26/2021

**DECLARO** não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016.

**DECLARO** não ter sido condenada por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. nº 29 e 105.

.....  
(data)

.....  
(representante)

**DIVISÃO DE CONTRATOS E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA - DICOD**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Objeto: Contratação de serviço de assistência médica complementar a servidores, magistrados e respectivos dependentes e pensionistas.**

**Processo: 446/2021.**

## **1.0 OBJETO:**

**1.1** Visa o presente Termo de Referência a detalhar os elementos necessários à contratação de pessoa jurídica de direito privado, que opere Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde, para execução, de forma indireta e contínua, de serviço de assistência médica complementar a servidores, magistrados e respectivos dependentes e pensionistas, conforme detalhado a seguir, por intermédio da modalidade licitatória “PREGÃO”, na forma da Lei nº 8.666/93, da Lei 10.520/02, Decreto 3.555/00 e Decreto 10.024/19.

**1.2** O objeto da contratação enquadra-se na definição de serviço comum, de acordo com o art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/02.

**1.3** As atividades decorrentes dos serviços a serem contratados não se confundem com as inerentes às categorias funcionais da Contratante.

**1.4** A prestação do serviço será regida pela legislação pertinente, em especial, pela Lei nº 9.656, de 03/06/1998, Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, pelos Atos Normativos da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pela Resolução Administrativa nº 25/2010 deste E. Tribunal, no que pertine, bem como por normas posteriores que eventualmente venham a substituí-las.

## **2.0 REGIME DA CONTRATAÇÃO:**

**2.1** A contratação será em regime de empreitada por preço global.

## **3.0 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A futura contratação visa proporcionar assistência médica complementar, prevista no artigo 230 da Lei nº 8.112/90, aos magistrados e servidores, ativos e inativos, respectivos dependentes e pensionistas estatutários do TRT da 1ª Região, bem como a assegurar a possibilidade de prestação de assistência médica através de plano ou seguro saúde coletivo empresarial aos dependentes especiais de magistrados e servidores remanescentes, que integram o rol de beneficiários dos planos de saúde coletivos empresarial ou por adesão, atualmente em vigor neste TRT da 1ª Região.

A contratação em tela, além de se referir a um benefício social previsto em lei, cuja prestação é devida aos servidores, magistrados e seus dependentes e pensionistas estatutários, está ainda relacionada com o objetivo do TRT/RJ de executar políticas, objetivando potencializar o capital humano, por meio de programas e ações relacionados à qualidade de vida.

#### **4.0. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

##### **4.1 Grupos de Beneficiários:**

**4.1.1** A contratação atenderá aos seguintes grupos de beneficiários, denominados “Titulares”, “Dependentes Legais dos Titulares” e “Dependentes Especiais ou Agregados dos Titulares”, cujas composições encontram-se detalhadas nos subitens 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4.

**4.1.2** O grupo dos Titulares será composto dos seguintes beneficiários:

- a)** magistrados, ativos e inativos;
- b)** servidores ativos, os ocupantes de cargos em comissão e os servidores aposentados;
- c)** representantes classistas inativos;
- d)** servidores requisitados ou removidos, inclusive aqueles em exercício provisório na Contratante, ou cedidos, desde que optem pelo plano de saúde desta, vedada a acumulação com o plano do órgão cedente ou cessionário, devendo os requisitados e os removidos comprovarem que não se acham inscritos em plano de assistência à saúde ou equivalente no órgão onde se encontram em exercício, mediante declaração firmada pelo referido órgão, excetuada a vedação prevista neste inciso para as hipóteses de acumulação legal de cargos;
- e)** beneficiários de pensão estatutária concedida em decorrência de óbito de magistrado ou servidor.

**4.1.3** O grupo dos Dependentes Legais será composto dos seguintes beneficiários:

- a)** o cônjuge ou companheiro(a), sendo estes últimos definidos por regulamentação do TRT da 1ª Região (Ato nº 54/2008 da Presidência) bem como da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS);
- b)** filhos ou enteados, menores de 21 anos, não emancipados, ou até 24 anos, se solteiros, sem atividade remunerada e estudantes de estabelecimento oficialmente reconhecido pelo Ministério da Educação;
- c)** filhos inválidos de qualquer idade, enquanto perdurar a invalidez, comprovada por laudo médico homologado pela Coordenadoria de Saúde da Contratante;
- d)** menores sob guarda ou tutela do beneficiário titular ou do cônjuge ou companheiro(a), nos termos da legislação em vigor ;
- e)** genitores que constem como dependentes na última declaração de Imposto de Renda e na base de cálculo do IRRF do Titular.

**4.1.4** O grupo dos Dependentes Especiais ou Agregados será composto apenas pelos beneficiários que hoje estejam inscritos nos planos de assistência à saúde disponibilizados direta

ou indiretamente pela Contratante, relacionados a seguir:

- a)** pais/mães com economia própria;
- b)** sogros;
- c)** filhos maiores de 21 anos ou com economia própria;
- d)** enteados maiores de 21 anos;
- e)** genros/noras;
- f)** cunhados;
- g)** sobrinhos;
- h)** irmãos;
- i)** netos;
- j)** tios;
- k)** primos.

**4.1.5** Os titulares que venham, supervenientemente, na vigência do contrato, a desligar-se ou perder o vínculo com a Contratante, por motivo de retorno ao seu órgão de origem ou nos casos previstos nas alíneas “b” a “e” do subitem 4.8.7, bem como seus dependentes legais ou especiais, inclusive quando da morte do titular, poderão requerer sua permanência como beneficiários no plano, com iguais condições de cobertura e preço (excetuando-se o custeio parcial das mensalidades concedido pela Contratante), pelo período mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses após o desligamento do titular, respeitada a vigência do contrato, aplicando-se por analogia a regra do art. 30 e parágrafos da Lei nº 9.656/98, com a redação dada pela Medida Provisória 2.177-44/2001.

**4.1.5.1** Os beneficiários, neste caso, deverão recolher o valor integral das mensalidades devidas diretamente à Contratada, através de cobrança bancária, sob pena de exclusão do plano de saúde, na hipótese de não pagamento das mensalidades por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, devendo ser notificados previamente pela Contratada, aplicando-se, analogicamente, as regras dos incisos II e III, do artigo 13 da Lei 9.656/98, com a redação dada pela M.P. 2.177-44/2001.

**4.1.5.2** Os dependentes citados no subitem 4.1.5 poderão requerer a permanência como beneficiários independentemente de virem a ser titulares de pensão estatutária.

**4.1.6** A Contratada não poderá deixar de aceitar como beneficiário qualquer servidor ou magistrado da Contratante, bem como seus dependentes legais, dependentes especiais e pensionistas, seja por motivo de idade ou qualquer outro motivo que não esteja previsto no

presente Termo de Referência.

**4.1.7** Os dependentes especiais ou agregados constantes nas alíneas “c”, “d” e “i” do subitem 4.1.4 poderão ingressar livremente no plano de saúde contratado até a idade de 42 (quarenta e dois) anos.

#### **4.2 Da Adesão Pelos Beneficiários:**

**4.2.1** Estima-se para o contrato a ser celebrado um total de 6.314 (seis mil, trezentos e quatorze) beneficiários, sendo 5.395 (cinco mil, trezentos e noventa e cinco) titulares e dependentes legais e 919 (novecentos e dezenove) dependentes especiais ou agregados, conforme detalhado no Anexo IV.

**4.2.2** A adesão dos beneficiários é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano de assistência à saúde, igualmente não se responsabilizando a Contratante pelo número de beneficiários que venha a aderir ao contrato nem pela distribuição destes nas modalidades de plano de saúde (produtos) disponíveis.

**4.2.3** O número de beneficiários informado no subitem 4.2.1 poderá variar ao longo do contrato, pelas adesões e exclusões que possam ocorrer.

**4.2.4** Não serão permitidas adesões de novos beneficiários nas categorias pertencentes ao rol de dependentes especiais ou agregados além daqueles beneficiários que pertençam ao plano de saúde coletivo empresarial, contratado pelo TRT da 1ª Região (plano de saúde da Unimed Seguro Saúde S/A) ou aos planos de saúde coletivos por adesão, disponibilizados aos beneficiários da Contratante e os constantes no subitem 4.1.7.

**4.2.5** Aos beneficiários previstos no subitem 4.1.3, alínea “e” (genitores que constem como dependentes na declaração de Imposto de Renda do titular) que, inscritos no plano de saúde, venham a perder supervenientemente a condição de dependentes do titular para efeito do Imposto de Renda, é facultada a migração para o grupo de Dependentes Especiais ou Agregados, constante no item 4.1.4, na condição de pais/mães com economia própria, em iguais condições de carência às que possuíam anteriormente.

**4.2.6** Aos filhos de titulares inscritos no grupo de Dependentes Legais da contratação e que venham a atingir 21 anos, ou, se estudantes, completarem 24 anos, ou ainda, antes de atingirem as idades referidas anteriormente, passarem a ter economia própria, é facultada a migração para o grupo de Dependentes Especiais ou Agregados, na condição de filhos maiores de 21 anos ou com economia própria, em iguais condições de carência às que possuíam anteriormente.

**4.2.7** Serão, ainda, admitidos no grupo de Dependentes Especiais ou Agregados, sem carências,

os netos de beneficiários nascidos sob a cobertura da Contratada se a solicitação do titular ocorrer em até 30 (trinta dias) da data do nascimento.

**4.2.8** Serão também admitidos no grupo de Dependentes Especiais ou Agregados os filhos, enteados e netos até a idade de 43 (quarenta e três) anos.

#### **4.3 Do Custeio:**

**4.3.1** A Contratante proporcionará custeio parcial das mensalidades aos beneficiários que integram o objeto da licitação na forma do art. 6º da Resolução Administrativa nº 25, de 26/08/2010, do E. Órgão Especial deste Tribunal (D.O.E.R.J. de 30/08/2010), ou em norma posterior que venha a substituí-la, em valor a ser fixado anualmente através de Portaria da Presidência, condicionado o custeio à disponibilidade de recursos orçamentários, sendo o orçamento vinculado à dotação orçamentária do Programa de Assistência Médica e odontológica a Servidores, Empregados e seus Dependentes, da Lei Orçamentária Anual.

**4.3.2** O servidor, magistrado ou pensionista titular será o responsável pelas consignações das mensalidades, que serão necessariamente cobradas mediante consignação em folha de pagamento, salvo nas hipóteses excepcionais, previstas na regulamentação da Contratante, de impossibilidade temporária e superveniente do desconto em folha de pagamento, situação em que admitir-se-á o pagamento por intermédio de Guia de Recolhimento à União (G.R.U.) ou por outra forma de pagamento que venha a substituí-la.

**4.3.3** Os beneficiários-titulares definidos na alínea “e” do subitem 4.1.2 farão jus ao custeio parcial das mensalidades previsto na Resolução Administrativa nº 25/2010, no valor proporcional a sua cota-parte em relação ao montante da pensão.

**4.3.4** Os beneficiários dependentes definidos na alínea “e” do subitem 4.1.3 não farão jus ao custeio parcial das mensalidades previsto na Resolução Administrativa nº 25/2010, assim como os cônjuges, companheiros e genitores que, mesmo que constem como dependentes na declaração de imposto de renda do titular, possuam rendimento superior a 01 (um) salário mínimo.

#### **4.4 Tipos de Planos (Válidos Para Todos os Beneficiários):**

**4.4.1** A Contratante tem como objetivo a contratação do Plano Básico B, descrito na alínea “b” do subitem 4.4.2, facultada a opção dos titulares por modalidades de cobertura inferior ou superior, cujos preços serão cotados pelas licitantes e que deverão obrigatoriamente ser oferecidos pela empresa vencedora, com as características descritas no subitem 4.4.2, sendo de responsabilidade dos titulares as correspondentes parcelas não custeadas pelo Tribunal, bem

como as diferenças de custo entre as diversas modalidades, observadas ainda as demais regras contidas no presente subitem.

**4.4.2** Os beneficiários poderão escolher os seguintes tipos de plano:

**a) Plano Básico “A”**, com internação em enfermarias de até 02 leitos, contendo as coberturas assistenciais e direitos previstos no presente Termo de Referência e mesma rede hospitalar do plano de referência da presente contratação (Plano Básico “B”), excluindo-se apenas aqueles hospitais que não possuam acomodação da modalidade enfermária para as internações;

**b) Plano Básico “B”**, com internações em quarto individual com banheiro privativo e direito a acompanhante, sob cobertura da operadora contratada, independentemente da faixa etária do paciente;

**c) Plano Superior**, com internações em quarto individual com banheiro privativo e demais direitos inerentes às modalidades anteriores (inclusive direito a acompanhante), e rede hospitalar credenciada diferenciada em relação ao Plano Básico, incluindo hospitais com perfil de custo mais elevado que a modalidade anterior;

**d) Plano Executivo**, com acréscimos na rede médica, hospitalar e complementar credenciada em relação ao Plano Superior, na forma descrita no subitem 4.6.3, e direito a reembolso na livre escolha de prestadores não conveniados, a ser pago pelo beneficiário na forma do subitem 4.12, para os eventos de consultas, exames diagnósticos, procedimentos auxiliares e honorários médicos de internação, e reembolso integral para as diárias hospitalares de internações em hospitais não conveniados pela Contratada.

**4.4.3** Todos os planos relacionados no subitem 4.4.2 são válidos para todos os grupos de beneficiários descritos no subitem 4.1.

**4.4.4** A opção do Titular por um plano obriga os dependentes a fazerem igual opção, relativamente a cada grupo de beneficiários da presente contratação.

#### **4.5 Rede Credenciada:**

**4.5.1** Os recursos relativos à assistência médico-hospitalar e laboratorial, na jurisdição da Contratante, em Rede Credenciada, deverão dar cobertura durante toda a vigência do contrato, sem qualquer restrição de acesso, a todos os serviços oferecidos em cada um dos estabelecimentos hospitalares relacionados no subitem 4.6 e nos outros indicados pela Contratada, de modo a assegurar no estado do Rio de Janeiro uma rede mínima assistencial.

**4.5.2** O atendimento dos beneficiários está distribuído pelos seguintes municípios do estado do Rio de Janeiro, onde obrigatoriamente a Contratada deverá, sem prejuízo de igualmente fazê-lo

em outros municípios, disponibilizar ou reembolsar os serviços previstos no presente Termo de Referência: Angra dos Reis, Araruama, Barra do Pirai, Barra Mansa, Cabo Frio, Campos de Goytacazes, Cantagalo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Macaé, Magé, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Resende, Rio Bonito, Rio das Ostras, Rio de Janeiro (em diversos endereços), Santo Antônio de Pádua, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Três Rios, Valença e Volta Redonda.

**4.5.3** A Contratada deverá demonstrar à fiscalização contratual, até a data de assinatura do contrato, relação nominal da sua rede credenciada em todo o território nacional, e em especial no Estado do Rio de Janeiro, disponível aos beneficiários de todas as modalidades de plano oferecidas na proposta comercial, de forma analítica, observando-se as notas ali indicadas, e comprovando os seguintes quantitativos mínimos:

- a)** 2.000 (dois mil) médicos, em nível nacional, credenciados, sendo no mínimo 1.000 (mil) no Estado do Rio de Janeiro, declinando especialidades e endereços;
- b)** 100 (cem) estabelecimentos (hospitais, clínicas e centros médicos) credenciados ou próprios no Estado do Rio de Janeiro;
- c)** 100 (cem) postos de coleta de laboratórios de análises clínicas, credenciados ou próprios, sendo obrigatoriamente de mais de uma pessoa jurídica, estando, no mínimo 50 (cinquenta) deles localizados no Estado do Rio de Janeiro;
- d)** 1.500 (mil e quinhentos) estabelecimentos (hospitais, clínicas e centros médicos) credenciados ou próprios no território nacional, devendo possuir representatividade em outras Unidades da Federação, sendo, no mínimo, em 07 (sete) Capitais além do Rio de Janeiro, dentre as quais, obrigatoriamente, o Distrito Federal.

**4.5.4** Em hipótese alguma a Contratante aceitará credenciamentos da Contratada para prestadores de serviços que não estejam diretamente ligados ao seu complexo empresarial.

**4.5.5** A Contratada deverá explicitar para a Fiscalização do Contrato e para os beneficiários, por meio digital, preferencialmente, ou físico, as diferenças existentes na rede credenciada entre as diversas modalidades de plano a serem disponibilizados em sua proposta, devendo tal informação ser atualizada pelo menos uma vez a cada semestre ou sempre que ocorrer alteração na rede credenciada, a partir da vigência do contrato.

**4.5.6** A Contratada obriga-se a atender as solicitações formuladas pelo Fiscal do Contrato, de credenciamento de prestadores, no interesse das necessidades dos beneficiários do plano de saúde, devendo, na impossibilidade de credenciar, justificar o motivo do não atendimento do

pedido, e envidar esforços para providenciar outro prestador na mesma especialidade, na região solicitada, somente se eximindo de tal dever se comprovada a inexistência de prestadores que atendam os requisitos técnicos da contratada para credenciamento na região ou município.

**4.5.7** Sempre que ocorrerem descredenciamentos ou extinção de convênios com consultórios, clínicas especializadas, hospitais e outros serviços médicos, será obrigatória a comunicação do fato à Contratante, assim como, a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos em curso, devendo ser imediatamente comunicadas à Contratante as providências adotadas.

**4.5.8** A Contratada deverá credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares, bem como cancelar tais credenciamentos, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento aos beneficiários, sendo facultado à Contratante colaborar com a Contratada no processo de seleção dos hospitais, médicos e serviços auxiliares.

**4.5.9** Os modelos de planilhas de credenciamento encontram-se no Anexo III.

#### **4.6 Recursos Hospitalares:**

##### **4.6.1 Plano Básico “B”:**

**4.6.1.1 Na cidade do Rio de Janeiro:** deverão constar obrigatoriamente no Plano Básico “B” pelo menos 10 (dez) dos hospitais abaixo citados e outros de modo a oferecer, em conjunto, no mínimo 15 (quinze) hospitais, sendo obrigatório o credenciamento da Casa de Saúde São José, contemplando, em todos eles, atendimento de urgência, emergência e internações:

- a)** Casa de Saúde São José (obrigatoriamente);
- b)** Hospital Copa D’or;
- c)** Hospital Pró-Cardíaco;
- d)** Hospital Rios D’or;
- e)** Hospital Pró Criança Jutta Batista;
- f)** Hospital Oeste D’Or;
- g)** Hospital Barra D’Or;
- h)** Perinatal Barra;
- i)** Perinatal Laranjeiras;
- j)** Hospital São Lucas;
- k)** Casa de Saúde Santa Lucia;
- l)** Hospital Dr. Badim;
- m)** Hospital Pasteur;

n) Hospital Vitória – Barra da Tijuca;

o) Hospital São Vicente de Paulo - Tijuca.

**4.6.1.2 Nas cidades de Niterói e São Gonçalo:** deverão constar obrigatoriamente no Plano Básico “B” pelo menos 02 (dois) dos hospitais abaixo citados e outros de modo a oferecer, em conjunto, no mínimo 03 (três) hospitais, sendo obrigatório o credenciamento do Hospital das Clínicas de Niterói, contemplando, em todos eles, atendimento de urgência, emergência e internações:

a) CNH Complexo Hospilar de Niterói - Hospital das Clínicas (obrigatoriamente);

b) Hospital Icaraí;

c) Hospital Niterói D’Or;

d) Hospital e Clínica São Gonçalo;

e) Hospital do Coração Samcordis.

**4.6.1.3 Na Baixada Fluminense:** deverão constar obrigatoriamente no Plano Básico “B” pelo menos 02 (dois) dos hospitais abaixo citados e outros de modo a oferecer, em conjunto, no mínimo 03 (três) hospitais, contemplando, em todos eles, atendimento de urgência, emergência e internações:

a) Hospital de Clínicas Mario Lioni;

b) Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima;

c) Hospital do Coração de Duque de Caxias;

d) Hospital Caxias D’or.

**4.6.1.4 Na Região Norte:** deverá constar obrigatoriamente no Plano Básico “B” pelo menos 01 (um) dos hospitais abaixo citados e outros de modo a oferecer, em conjunto, no mínimo 02 (dois) hospitais, contemplando, em todos eles, atendimento de urgência, emergência e internações:

a) Hospital Dr. Beda;

b) Prontocardio.

**4.6.1.5 Na Região dos Lagos:** deverá constar obrigatoriamente no Plano Básico “B” pelo menos 01 (um) dos hospitais abaixo citados e outros de modo a oferecer atendimento de urgência, emergência e internações:

a) Hospital CLINERP;

b) Hospital Santa Isabel.

**4.6.1.6 Região do Médio Paraíba:** deverá constar obrigatoriamente no Plano Básico “B” pelo menos 01 (um) dos hospitais abaixo citados e outros de modo a oferecer atendimento de

urgência, emergência e internações:

- a) Hospital Vita – Volta Redonda;
- b) Hinja Hospital – Volta Redonda.

**4.6.1.7 Região da Costa Verde:** deverá constar obrigatoriamente no Plano Básico “B” pelo menos 01 (um) dos hospitais abaixo citados e outros de modo a oferecer atendimento de urgência, emergência e internações:

- a) Hospital Praia Brava – Angra dos Reis;
- b) Hospital e Maternidade Codrato de Vilhena – Angra dos Reis.

#### **4.6.2 Plano Superior:**

**4.6.2.1 Na cidade do Rio de Janeiro:** no Plano Superior deverão constar todos os recursos do Plano Básico “B” além de pelo menos 03 (três) dos hospitais abaixo e outros de modo a oferecer no mínimo 18 (dezoito) hospitais, sendo obrigatório o credenciamento do Hospital Copa D’or, contemplando, em todos eles, atendimento de urgência, emergência e internações:

- a) Hospital Copa D’Or (obrigatoriamente);
- b) Hospital Pró-Cardíaco;
- c) Hospital São Vicente de Paulo – Tijuca;
- d) Clínica São Vicente da Gávea;
- e) Hospital Samaritano;

#### **4.6.3 Plano Executivo:**

**4.6.3.1** No Plano Executivo deverão constar todos os recursos do Plano Superior além dos dois 02 (dois) hospitais abaixo e outros de modo a oferecer, no mínimo, 20 (vinte) hospitais, contemplando, em todos eles, atendimento de urgência, emergência e internações:

- a) Clínica São Vicente da Gávea (obrigatoriamente);
- b) Hospital Samaritano (obrigatoriamente).

**4.6.4** Todos os recursos hospitalares relacionados neste subitem são válidos para todos os grupos de beneficiários, descritos no subitem 4.1.

#### **4.7 Das Coberturas Assistenciais:**

**4.7.1** A operadora contratada deverá assegurar aos beneficiários regularmente inscritos nos Planos de Assistência à Saúde oferecidos, os serviços e condições abaixo descritos, observando-se, ainda, a lei nº 9.656, de 03/06/98 e suas alterações, bem como as resoluções do CONSU e da ANS.

**4.7.2** O atendimento se dará por rede própria, credenciada ou reembolso de despesas.

**4.7.3** O atendimento aos beneficiários deverá ser realizado com hora marcada, sem nenhum ônus adicional para estes e sem limite de utilização.

**4.7.4** Serão assegurados, de acordo com as determinações da ANS, todos os exames, consultas, cirurgias e demais procedimentos destinados aos diagnósticos e/ou terapias, assim como os tratamentos psicoterápicos previstos no presente Termo de Referência, quando requisitados por profissionais da rede credenciada ou não.

**4.7.5** Os exames médicos e hospitalares não constantes na tabela da AMB, da época do atendimento, deverão ser reembolsados pelo valor do exame similar, na forma descrita no subitem 4.12.

**4.7.6** Não haverá limites de permanência para internações hospitalares, em UTI, CTI e UTI Neonatal, como determinam as disposições da ANS.

**4.7.7** Será de total responsabilidade da Contratada o custo com a remoção de pacientes, dentro do perímetro urbano, e nos perímetros intermunicipal e interestadual, de forma adequada a cada caso, inclusive com utilização de UTIs móvel, terrestre e aérea, sem limite de quilometragem ou reembolso das despesas (quando comprovadamente não for possível utilizar serviço próprio ou credenciado da Contratada), nas seguintes modalidades, quando for caracterizada a necessidade pelo médico assistente:

- a)** da residência para o hospital;
- b)** entre hospitais, no caso de realização de exames e/ou transferência;
- c)** do hospital para a residência.

**4.7.8** As hospitalizações deverão ser realizadas em quartos de acordo com o plano do beneficiário, mediante indicação de médicos próprios ou credenciados.

**4.7.8.1** Em qualquer caso de internação, inclusive nos casos de urgência ou emergência, quando não houver acomodação hospitalar disponível de acordo com o plano de cobertura do beneficiário nos estabelecimentos próprios ou credenciados pela Contratada, fica garantido o acesso à acomodação, em nível superior, sem ônus adicional para o beneficiário.

**4.7.9** A internação em hospitais e/ou clínicas especializadas deverá ser isenta de despesas médicas, diárias, serviços dietéticos, taxas de internação e de salas de cirurgia, inclusive para partos, gessos, oxigênios e medicamentos prescritos e ministrados no hospital e/ou clínica, honorários médicos, inclusive anestesistas, serviços de enfermagem e exames necessários para qualquer tipo desses atendimentos.

**4.7.10** Os beneficiários terão livre escolha para atendimento dentro da rede credenciada,

respeitando a indicação das especialidades médicas constante na relação de credenciados, assegurado ainda o direito ao reembolso de consultas médicas não emergenciais com profissionais não credenciados da Contratada, em qualquer modalidade de plano existente no contrato, com base no critério estabelecido no subitem 4.12, assegurado, também, o direito a regra mais vantajosa de reembolso aos beneficiários inscritos nas modalidades de plano denominadas “Superior” e “Executivo”, constantes das alíneas “c” e “d” do subitem 4.4.2.

**4.7.11** A Contratada deverá garantir no Plano Básico B, definido na alínea “b” do subitem 4.4.2, as diárias, acomodações e refeições aos acompanhantes de beneficiários internados, independente da faixa etária do paciente, sem nenhum ônus adicional para os beneficiários e para a Contratante.

**4.7.11.1** Observar-se-ão os direitos específicos nos Planos Básico “A”, Superior e Executivo, devendo estes dois últimos preverem, no mínimo, os direitos assegurados aos beneficiários do plano Básico “B”.

**4.7.12** A assistência em unidades coronarianas deverá ser realizada mediante credenciamentos de clínicas especializadas, em locais compatíveis à realidade geográfica da Contratante e ao zoneamento populacional dos beneficiários do contrato.

**4.7.13** Aos beneficiários deverão ser prioritariamente disponibilizadas as cirurgias previstas no rol da ANS/MS e que, a critério médico e comprovação científica, sejam menos invasivas e que ocasionem os menores prazos de recuperação, visando as melhores condições de recuperação e diminuindo o tempo de afastamento dos beneficiários de suas atividades laborais, se for o caso, e após análise favorável do Fiscal do Contrato, subsidiado pela Coordenadoria de Saúde da Contratante.

**4.7.14** Deverá ser assegurada pela Contratada a cobertura nas especialidades de Psicologia e Psiquiatria, através de consultas e tratamento psicoterápico, inclusive infantil, ou psiquiátrico, devidamente solicitado pelo médico responsável, inclusive quando em decorrência de dependência química.

**4.7.14.1** No caso de Psiquiatria e Dependência Química, é obrigatório, por parte da Contratada, o custeio total nos casos de internação hospitalar, assistência ambulatorial, realizados de acordo com a Lei nº 9656/98 e sua regulamentação através das Resoluções da ANS.

**4.7.15** Com relação aos filhos recém-natos, não caberá qualquer alegação de doença ou lesão pré-existentes, sendo-lhes garantida a assistência durante os 30 (trinta) primeiros dias de vida dentro do plano do genitor titular, assim como estará garantida a sua inscrição no plano sem a

necessidade de cumprimento de qualquer período de carência ou de cobertura parcial temporária, desde que nesse período seja formalmente incluído no plano na qualidade de dependente do titular.

**4.7.16** Estarão cobertos pelo Contrato, sem limite de utilização de internações, consultas, exames e demais procedimentos, bem como todos os serviços contemplados pela Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e sua regulamentação posterior, todos os procedimentos constantes do rol da ANS, dentre os quais se incluem, de forma não exaustiva:

- a)** hemoterapias, hemodiálise e diálises peritonias (emergência, ambulatorio e hospitalar);
- b)** quimioterapias (todos os tipos), inclusive ambulatorial e imunoterapias;
- c)** geriatria;
- d)** radioterapia em todas as suas modalidades;
- e)** fornecimento de próteses nos casos cirúrgicos;
- f)** cirurgia oftalmológica: correção de miopia, astigmatismo e hipermetropia (todas sem limitação de grau), facectomia com implante de lente intraocular, tudo de acordo com a solicitação do médico responsável;
- g)** tratamento hiperbárico;
- h)** acupuntura, para alívio da dor, conforme indicação médica;
- i)** fonoaudiologia e psicomotricidade, sem limite de sessões, mediante solicitação médica;
- j)** exames genéticos para investigação complementar de diagnóstico;
- k)** vacinas (dessensibilização);
- l)** cobertura de transplantes de rim, córnea, e outros tornados obrigatórios pela Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- m)** cobertura a qualquer tratamento fisioterápico.

**4.7.16.1** Quando do fornecimento de próteses, deverão ser utilizadas próteses importadas caso não exista similar nacional reconhecida pela ANVISA.

**4.7.16.2** Nos casos de candidatos a transplantes de córnea e rim, provenientes de doador cadáver, estes deverão estar inscritos em uma das Centrais de Notificação.

**4.7.16.3** O tratamento fisioterápico deverá ser autorizado pela Contratada de acordo com a solicitação feita pelo médico assistente, devendo ser as negativas justificadas e encaminhadas por escrito à fiscalização do contrato.

**4.7.17** Os serviços de *home care*, entendidos como forma especial de internação do paciente fora do ambiente hospitalar, serão prestados mediante solicitação do médico assistente e comunicados

à Contratante pela Contratada, que deverá proporcionar a cobertura dos custos de todos os itens passíveis de cobertura em uma internação hospitalar, conforme prescrição do médico responsável, e não se confundindo os serviços abrangidos pelo *home care* com aqueles prestados pela figura do cuidador.

**4.7.18** Será assegurado o acesso à rede credenciada de livre utilização pelo beneficiário mediante apenas a apresentação da carteira de identificação do plano de assistência médica e hospitalar, acompanhada da carteira de Identidade ou documento de identidade funcional do TRT da 1ª Região, com foto.

**4.7.19** A Contratada deverá, obrigatoriamente, divulgar a todos os seus órgãos, inclusive ao plantão de atendimento telefônico, o teor completo deste Termo de Referência com todas as suas peculiaridades que o diferenciam do seu contrato padrão.

**4.7.20** A Contratada deverá autorizar os procedimentos cirúrgicos eletivos, bem como exames de maior complexidade no prazo máximo de três dias úteis, excetuando-se as hipóteses em que comprovadamente houver a utilização de próteses, materiais ou equipamentos a serem utilizados no ato cirúrgico e que devam ser fornecidos pela Contratada, bem como as autorizações que dependam de segunda opinião de consultoria técnica da especialidade médica em questão, casos em que o prazo será de cinco dias úteis.

**4.7.21** A Contratada poderá oferecer, durante a vigência do contrato, outros serviços médicos, odontológicos e hospitalares complementares, além dos referenciados nesta especificação, mesmo que apenas em algumas modalidades de plano disponíveis, desde que tal fato não represente aumento de custo do contrato e importe em vantajosidade para os beneficiários do plano de assistência à saúde contratado.

**4.7.22** Obriga-se a Contratada a assumir os custos decorrentes de hospitalizações, a partir do início de vigência do contrato.

**4.7.22.1** A Contratada deverá arcar pelo tempo que for necessário, a partir do início da vigência contratual, com o pagamento das despesas de paciente grave, que já se encontrasse internado sob a cobertura do contrato anterior do TRT da 1ª Região (com vigência até 31/08/2021), e que não tenha condições clínicas ou autorização médica para ser removido, nos casos em que o hospital de internação do paciente não pertença à rede credenciada da Contratada.

**4.7.23** A Contratada assegurará, ainda, a cobertura do tratamento de varizes por esclerosante (escleroterapia), sem limite de sessões de aplicações, devendo, obrigatoriamente constar de forma destacada no guia de rede credenciada, os nomes, endereços e telefones dos profissionais

autorizados à prestação de tais serviços.

**4.7.24** As hipóteses de exclusão de cobertura serão aquelas constantes dos incisos do art. 10 da Lei nº 9.656/98, com a redação dada pela M.P. 2177-44/2001 e pela Lei nº 12.880/2013.

**4.7.25** Toda negativa de coberturas por parte da Contratada deverá ser justificada à Contratante, sendo passível de análise pelo fiscal do contrato.

**4.7.26** A Contratada não poderá criar em quaisquer hipóteses, restrições ao atendimento de beneficiário sob a alegação de doenças ou lesões preexistentes ou congênitas.

**4.7.27** Os hospitais, centros médicos, laboratórios e demais unidades prestadoras dos serviços que constituem o objeto da presente contratação não poderão limitar ou restringir o atendimento, desde que integrem sua estrutura de serviços e estejam abrangidos nas especificações dos serviços contratados, sendo terminantemente vedado o direcionamento e o uso de outros mecanismos de regulação mencionados na letra “b” do inciso I do artigo 4º da Resolução CONSU nº 08 de 04/11/1998.

#### **4.8 Prazos de Carências, Inclusões e Exclusões:**

**4.8.1** Não deverá ser imposta carência de qualquer espécie, aos beneficiários por ocasião da implantação do plano de assistência médica e hospitalar contratado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias. Também não será imposta carência de qualquer espécie aos beneficiários que solicitarem inclusão no plano de saúde para o mês de aniversário do contrato.

**4.8.2** Ficarão, ainda, isentos do cumprimento de carências:

**a)** os titulares e respectivos dependentes, (legais ou especiais) atualmente inscritos no contrato de assistência à saúde mantido pela Contratante, que não se manifestarem, formalmente, por meio de Termo de Exclusão, até o dia 20/08/2021, ou último dia anterior em que haja expediente na Contratante, pela não participação no plano de saúde regido por este contrato;

**b)** aos titulares ou respectivos dependentes que não pertençam aos planos de saúde disponibilizados direta ou indiretamente pela Contratante, desde que requeiram, por escrito, a sua inclusão em até 60 dias a contar da data de vigência inicial do contrato;

**c)** os magistrados e servidores, com seus respectivos dependentes, admitidos na vigência desta contratação, bem como os novos pensionistas estatutários até o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de admissão ou da publicação da concessão da pensão estatutária;

**d)** os beneficiários dependentes que adquirirem essa condição em decorrência de casamento, nascimento, adoção, reconhecimento de paternidade ou reconhecimento administrativo de companheiros, na forma do Ato nº 54/2008 do TRT da 1ª Região, cuja comprovação e

requerimento de inclusão no plano ocorram em até 30 (trinta) dias do respectivo evento;

e) aos magistrados e servidores que retornem de licença sem remuneração, servidores que retornaram ao exercício após término de cessão ou remoção para outro órgão, bem como os removidos ou redistribuídos, desde que requeiram a inscrição até 30 (trinta) dias após o retorno da licença, término da cessão, remoção ou redistribuição, sendo que, nos casos de licença-trânsito, o início do prazo contar-se-á a partir do efetivo exercício das atividades neste Tribunal.

**4.8.3** Respeitando-se as disposições estabelecidas nos subitens anteriores, o período de carência máxima a que ficarão sujeitos os beneficiários (titulares e dependentes), posteriormente incluídos no plano, para utilização dos serviços contratados, e sendo também obedecido o período mensal para requerimento e processamento das inclusões, determinado pela Resolução Administrativa nº 25/2010, será o seguinte:

a) consultas, exames de diagnóstico, serviços auxiliares, bem como os casos de internação de urgência e emergência devidamente comprovados - sem carência;

b) todos os demais casos de internação clínica ou cirúrgica, excetuadas as hipóteses das alíneas “a” e “c” do presente subitem - 180 (cento e oitenta) dias;

c) parto a termo - 300 (trezentos) dias.

**4.8.4** Será admitida a transferência do beneficiário titular e de seus dependentes de um plano de cobertura inferior para outro superior, ficando a mesma condicionada ao cumprimento dos prazos normais de carência previstos no subitem 4.8.3, para a rede credenciada e/ou serviços cobertos pelo novo plano escolhido, sendo que neste prazo o servidor e seus dependentes estarão cobertos pelo plano anterior.

**4.8.4.1** A regra contida no subitem 4.8.4 também se aplica ao reembolso de despesas.

**4.8.4.2** Os prazos de carência a serem cumpridos serão contados a partir do 1º (primeiro) dia do mês de competência da transferência.

**4.8.4.3** A transferência de plano superior para outro de cobertura inferior, obedecido o período mensal para requerimento e processamento das alterações cadastrais, poderá ser feito em qualquer tempo e sujeitará o beneficiário à permanência mínima de 06 (seis) meses no plano superior em caso de utilização para procedimento cirúrgico em rede hospitalar não credenciada no plano de cobertura inferior.

**4.8.5** Será facultada a opção por planos diferenciados, ficando assim, o beneficiário titular responsável pelo pagamento integral da respectiva diferença em relação ao Plano Básico B contratado, respeitada a isenção de carência para as opções que ocorrerem no prazo de até 60

(sessenta) dias a contar da assinatura do Contrato.

**4.8.6** As inclusões / exclusões de beneficiários para efeito de utilização do plano serão consideradas a partir do dia 1º do mês após a comunicação efetuada pela Contratante à Contratada, podendo este prazo ser revisto pelas partes em função de problemas operacionais.

**4.8.7** Os titulares serão excluídos do plano de saúde, nos seguintes casos:

- a) por morte;
- b) exoneração ou demissão;
- c) cassação de aposentadoria, disponibilidade;
- d) destituição de cargo em comissão ou função comissionada, tendo por consectário a não mais emissão de contracheque pela Contratante;
- e) *ex-officio* pela administração da Contratante, nas hipóteses previstas na Resolução Administrativa nº 25/2010 do TRT da 1ª Região ou outra norma que a venha substituir.

**4.8.8** Os dependentes, sejam legais ou especiais, serão excluídos do plano de saúde, nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) quando o titular ao qual estiver vinculado for excluído, salvo nas hipóteses previstas no subitem 4.1.4;
- c) quando deixarem de se enquadrar nas definições do rol de beneficiários, previstas neste Termo de Referência, na Resolução Administrativa nº 25/2010 do TRT da 1ª Região ou em outra regulamentação que a venha substituir;
- d) quando solicitado pelo titular ao qual estiver vinculado.

**4.8.9** As exclusões terão vigência cadastral e financeira a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da formalização da exclusão, salvo nas hipóteses previstas na Resolução Normativo nº 412/2016 da ANS ou de óbito do beneficiário, quando as mensalidades devidas serão cobradas *pro rata die* até a data da solicitação ou do falecimento, sendo o ajuste financeiro realizado no mês subsequente ao da solicitação da exclusão ou comunicação do óbito à Contratante.

#### **4.9 Da Identificação dos Beneficiários:**

**4.9.1** A Contratada obriga-se a entregar aos beneficiários da Contratante, no máximo em 10 (dez) dias úteis após a vigência do contrato, as carteiras de identificação, de acordo com o plano em que se encontrem inscritos e a mantê-las atualizadas e entregues tempestivamente, ao longo de todo o contrato.

**4.9.1.1** Para os demais casos, a Contratada deverá fornecer aos beneficiários da Contratante, no máximo em 10 (dez) dias úteis após o cadastramento, carteiras de identificação, constando o tipo de Plano a que pertencem e seus nomes, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade e, quando necessária, a autorização prévia, assegure aos beneficiários o direito à utilização dos benefícios, nos termos do presente Termo de Referência e da legislação vigente.

**4.9.2** A Contratada deverá fornecer gratuitamente as carteiras de identificação, de forma personalizada, as quais serão usadas exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos contratualmente.

**4.9.3** A carteira de identificação deverá ser devolvida pelo beneficiário no ato de sua solicitação de exclusão do programa, ou no dia útil seguinte àquele do término de sua cobertura pelo plano de saúde.

**4.9.4** Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação, durante o período em que permanecer cadastrado no plano de saúde e após a sua exclusão, serão única e exclusivamente do beneficiário.

**4.9.5** Em caso de extravio, o beneficiário se exime da responsabilidade de ressarcir os prejuízos causados após a comunicação do evento à Contratada e à Contratante.

#### **4.10 Da Central de Atendimento Remoto Exclusivo:**

**4.10.1** A Contratada deverá manter uma central de atendimento remoto exclusivo para os beneficiários da Contratante, com, no mínimo, 03 (três) atendentes, identificados nominalmente e habilitados a prestar informações, esclarecimentos e autorizar a realização de exames, procedimentos e internações *on line*.

**4.10.2** A central de atendimento remoto deverá contar com linhas de telefone e e-mail exclusivos para atendimentos dos beneficiários da Contratante, funcionando nos dias úteis das 9h às 17h.

**4.10.3** A central de atendimento remoto exclusivo deverá funcionar independentemente do Call Center 0800 com funcionamento 24h que as operadoras de planos de saúde são obrigadas a manter para todos os clientes.

#### **4.11 Do Guia de Rede Credenciada:**

**4.11.1** Os atendimentos deverão ser efetuados na rede própria ou credenciada disponibilizada pela Contratada, por meio digital ou através de livros/guias impressos, abrangendo todas as especialidades médicas reconhecidas pela Associação Médica Brasileira (AMB), devendo os guias de rede credenciada conter todos os serviços e especialidades previstos na presente contratação ou em seus aditivos à época do atendimento médico.

**4.11.2** A Contratada deverá fornecer pelo menos um guia de rede credenciada para cada beneficiário titular ou beneficiário-dependente, preferencialmente em mídia digital, a partir da assinatura do contrato, ou impresso quando solicitado, específico da modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, centros médicos, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, conforme o domicílio do beneficiário, devendo o referido guia ser atualizado a cada ano, mudança de edição ou na ocorrência de mudanças na rede do plano de saúde.

**4.11.3** O guia de rede credenciada deverá informar todos os nomes, endereços de atendimentos e números telefônicos dos prestadores, assim como dos hospitais e serviços complementares de diagnósticos e terapias, a serem disponibilizados a cada um dos beneficiários, e conforme a modalidade de plano escolhida.

**4.11.4** Os guias de rede credenciada também conterão obrigatoriamente todas as especialidades e serviços previstos no presente Termo de Referência, inclusive aquelas que não sejam disponibilizadas pelo contrato padrão da Contratada.

**4.11.5** Os guias impressos da rede credenciada deverão ser disponibilizados aos beneficiários, quando solicitados, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

#### **4.12 Do Reembolso de Despesas:**

**4.12.1** Será assegurado o reembolso das despesas realizadas nas localidades onde não exista rede própria ou credenciada e divulgada aos beneficiários, ou, ainda, nas situações em que motivos relevantes impeçam o atendimento por profissionais ou estabelecimentos próprios ou credenciados.

**4.12.2** Os reembolsos de serviços de anestesiastas, desde que a cirurgia tenha sido realizada por equipe cirúrgica credenciada da Contratada, deverão ser efetivados de acordo com a tabela da AMB/92 ou outra posterior que venha a lhe substituir da seguinte forma: no caso do plano “Básico A”, pelo valor de uma vez o coeficiente de reembolso (CR), vigente à época do reembolso, e no caso dos planos “Básico B” multiplicado por dois, sendo ainda assegurada regra diversa para aos beneficiários inscritos nas modalidades de plano denominadas “Superior” e “Executivo”, que fazem jus a reembolso de despesas com coeficiente específico, de acordo com os subitens seguintes.

**4.12.3** Será adotado coeficiente de reembolso (CR) a ser aplicado à tabela de honorários da Associação Médica Brasileira (AMB/92) ou outra que venha a lhe substituir, a fim de se conhecer o valor do reembolso a ser efetivamente praticado para os honorários médicos e pelo

valor integral da Tabela da Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro (Tabela AHERJ I), em se tratando de diárias hospitalares.

**4.12.3.1** O valor inicial do coeficiente de reembolso adotado na presente contratação será de, no mínimo, R\$ 1,70 (um real e setenta centavos), valor sujeito à aplicação do mesmo índice de reajuste e/ou revisão aplicados aos preços do contrato e na mesma data.

**4.12.3.2** O coeficiente de reembolso a que se referem os subitens 4.12.3 e 4.12.3.1 será multiplicado por dois nas modalidades de plano “Básico B” e multiplicado por no mínimo três na modalidade “Superior” e ainda multiplicado por no mínimo cinco na modalidade “Executivo”, a fim de se calcular, no caso de reembolso, o valor a ser efetivamente praticado.

**4.12.4** Fica estipulado o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para o pagamento dos reembolsos pela Contratada.

#### **4.13 Demais Responsabilidades da Contratada:**

**4.13.1** A Contratada deverá assegurar aos beneficiários da Contratante os serviços, de acordo com as condições correspondentes a cada plano, conforme estabelecido em contrato e na proposta apresentada, devendo os serviços médicos, hospitalares, diagnósticos e complementares serem prestados dentro de período de tempo compatíveis com a necessidade clínica do paciente e com bom grau de qualidade.

**4.13.2** A Contratada deverá fornecer condições que possibilitem o atendimento dos serviços previstos, a partir da 0 (zero) hora do dia 01 de setembro de 2021.

**4.13.3** A Contratada deverá ressarcir a Contratante, à custa de processamento de dados das consignações facultativas, a quantia mensal de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por linha de consignação do plano de saúde efetuada nos contracheques dos titulares pela Contratante, conforme art. 14 do Ato nº 136/2014 da Presidência do TRT 1ª Região. A quantia total será deduzida do valor devido mensalmente à Contratada, podendo a referida cobertura de custos de processamento sofrer alterações por força de modificação da regulamentação da matéria no âmbito da Contratante.

**4.13.4** A Contratada deverá elaborar e fornecer relatórios informatizados à fiscalização do contrato, com periodicidade mensal, preferencialmente na forma de arquivos de dados em meio magnético, contendo dados relativos aos quantitativos e perfil da utilização dos beneficiários, assim como encaminhar, mensalmente, cópias detalhadas das faturas ou comprovação eletrônica com discriminação de todas as despesas realizadas durante as internações e demais procedimentos, bem como, com periodicidade trimestral, informações em arquivo de dados, da

rede credenciada do plano de saúde contratado, sem prejuízo do fornecimento de dados e outros documentos relativos ao custo do contrato necessários ao acompanhamento da sinistralidade.

**4.13.5** A Contratada deverá disponibilizar atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, para efeito de liberação de senhas, relacionadas com o atendimento ou informações sobre os serviços contratados, inclusive com linha de telefone do tipo D.D.G., com prefixo 0800, nos moldes da legislação pertinente.

**4.13.6** Deverá a Contratada emitir mensalmente, e remeter a cada titular, demonstrativo impresso ou por meio digital, com as utilizações médicas, hospitalares, diagnósticas e de serviços auxiliares, discriminadas por beneficiário e mencionando data e valor de cada evento, com a finalidade de que os titulares identifiquem os serviços efetivamente prestados, e tenham conhecimento do custo de cada evento, como medida de incentivo do uso racional do plano de saúde.

**4.13.7** A Contratada deverá apresentar layout dos arquivos para transferência das informações e banco de dados referentes aos procedimentos médicos e hospitalares relativos aos beneficiários da Contratante, bem como fornecer ao fiscal do contrato, sempre que solicitado, faturas hospitalares e demais comprovações dos custos dos maiores ofensores do contrato.

**4.13.7.1** As informações referidas no subitem 4.13.7 deverão ser encaminhadas à Contratante mensalmente, sendo exigível a primeira informação no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do início do contrato, considerando esse prazo necessário e suficiente para o processamento e pagamento das faturas pela Contratada.

**4.13.8** A Contratante comunicará por escrito à Contratada as deficiências porventura verificadas pela fiscalização, que serão imediatamente corrigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

**4.13.9** A Contratada deverá apresentar programa de gerenciamento para beneficiários portadores de doenças crônicas e/ou degenerativas, pertencentes a grupos de risco e acompanhamento específico e individualizado para tais beneficiários, emitindo relatório mensal para a fiscalização do contrato acerca dos dados e resultados do programa.

**4.13.10** Deverá a Contratada elaborar relatórios, de periodicidade mensal, que demonstrem em números absolutos em percentuais, os diagnósticos, com base no Código Internacional de Doenças (CID) que deram causa a internações clínicas, cirúrgicas, internações em regime de *home care*, realizadas ou reembolsadas sob a cobertura do contrato de assistência à saúde de que trata o presente Termo de Referência, em consonância com a legislação pertinente, que deverão

ser encaminhados ao Coordenador da Coordenadoria de Saúde da Contratante, com a finalidade de subsidiar ações preventivas, com base nessa utilização do plano de saúde.

**4.13.10.1** Os relatórios referidos no subitem 4.13.10 deverão fazer a separação dos dados neles contidos pelas seguintes categorias de beneficiários: Titulares, Dependentes Legais e Dependentes Especiais.

**4.13.10.2** Serão definidos pela fiscalização do contrato outros relatórios gerenciais que deverão ser disponibilizados mensalmente, além daqueles especificados neste Termo de Referência.

**4.13.11** A Contratada deverá efetuar a customização inicial e contínua dos relatórios e do seu sistema de gestão do plano de saúde, gerando uma base de conhecimento sobre o histórico analítico e sintético do plano.

**4.13.12** Deverá a Contratada acompanhar as evoluções tecnológicas da Contratante, mediante eventual adaptação de seus sistemas de informação, gestão de atendimentos e base de conhecimento, de acordo com as necessidades da Contratante.

**4.13.13** A Contratada deverá fornecer, em meio digital (em formato de ampla utilização, exemplo: xls, txt), sempre que solicitado, todas as informações relacionadas à prestação dos serviços, armazenadas em seus sistemas de gestão de atendimento e base de conhecimento.

**4.13.14** Cumprirá à Contratada demonstrar histórico do tratamento das reclamações apresentadas pelos beneficiários.

**4.13.15** Deverá a Contratada informar aos beneficiários, por meio digital ou impresso, a cada dois meses, a contar da vigência inicial do contrato, ou quando se fizer necessário, informações específicas sobre o plano contratado e rede credenciada, sobretudo sobre direitos específicos inerentes ao contrato mantido com a Contratante, formas de utilização do plano médico e de autorizações de procedimentos.

**4.13.16** A Contratada deverá obedecer rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI da Contratante, devendo trafegar dados na rede corporativa somente quando expressamente autorizado.

## **5.0 SUBCONTRATAÇÃO:**

**5.1** A Contratada não poderá transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.

## **6.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**6.1** Indicar, na data da assinatura do contrato, nome e telefone do profissional que atuará como preposto na forma do art. 68 da Lei nº 8.666/93, o qual que se encarregará do planejamento dos serviços e atuará como o interlocutor da contratada junto à contratante.

**6.1.1** Na ausência do preposto, a Contratada deverá providenciar um substituto para interagir com a fiscalização da Contratante.

**6.1.2** A Contratada deverá desenvolver seus serviços em regime de integração e colaboração com a Contratante, enviando imediatamente à sua sede, sempre que solicitado, preposto autorizado para resolver possíveis irregularidades identificadas pelo Fiscal do Contrato.

**6.2** Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas.

**6.3** Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência à fiscalização do contrato, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.

**6.4** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato em tempo nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas, salvo por motivo justo e comprovadamente alheio à vontade da Contratada, devendo resolver, imediatamente, questões emergenciais que vierem a se apresentar.

**6.5** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, no que couber e sempre que solicitado, os documentos que comprovem as condições inerentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, em consonância com a legislação vigente.

**6.6** Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos à Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

**6.7** Usar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.

**6.8** Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) , de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

**6.9** Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

**6.10** A Contratada deverá comprovar antes da efetivação da contratação e mantê-las durante toda vigência do contrato, as seguintes condições:

**a)** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016, e da Portaria MTB nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017;

**b)** Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. 29 e 105.

**6.11** As empresas com cem ou mais empregados em seu quadro devem observar o disposto no art. 93 da Lei 8.213/91 e no art. 36 do Decreto 3.298/99, que determinam o preenchimento de dois a cinco por cento dos cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

**6.11.1** O percentual será definido proporcionalmente ao número total de empregados da empresa na forma do art. 36, observando-se que, após a definição do percentual aplicável, este deverá incidir sobre o quantitativo de profissionais alocados para o contrato a ser celebrado com a Contratante.

**6.11.1.1** O percentual de reserva de vagas será feito obedecendo à seguinte proporção:

**a)** para empresas cujo número total de empregados varie de 100 a 200, será observado o percentual de 2%;

**b)** para empresas cujo número total de empregados varie de 201 a 500, será observado o percentual de 3%;

**c)** para empresas cujo número total de empregados varie de 501 a 1000, será observado o percentual de 4%;

**d)** para empresas cujo número total de empregados supere a 1000, será observado o percentual

de 5%.

**6.11.1.1.1** Em caso de fracionamento do número dessas vagas, haverá a elevação deste número para o primeiro número inteiro subsequente. Ressalte-se que essa reserva nunca será inferior a uma vaga.

**6.11.1.2** A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições a que se refere o subitem 6.11.1, sob pena de rescisão contratual.

**6.12** Obriga-se a Contratada a manter sigilo absoluto sobre as informações, dados e documentos processados, sobretudo aqueles relativos a informações sobre a saúde dos pacientes atendidos pelo plano.

## **7.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**7.1** São obrigações da Contratante as resultantes da observância da Lei 8.666/93 e as descritas nos subitens abaixo.

**7.2** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

**7.3** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**7.4** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

**7.5** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**7.6** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

**7.7** Relacionar os beneficiários, quando da assinatura do contrato, com respectivos endereços, constando da relação todas as informações necessárias e, principalmente, seus nomes e qualificações completas, para fins de cadastramento, fornecendo tal relação à Contratada na forma de arquivo de dados, para que esta possa promover o cadastramento dos beneficiários a partir desta base de dados.

**7.8** Informar periodicamente à Contratada, por meio digital ou por escrito, qualquer inclusão ou exclusão de beneficiário.

**7.9** Comunicar à Contratada, por meio digital ou por escrito, os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo, perder o direito de atendimento nas condições exigidas na forma deste Termo de Referência.

**7.10** Recolher e devolver, quando possível, na ocasião da exclusão de beneficiários, assim como, no caso de rescisão contratual, as respectivas carteiras de identificação, bem como qualquer documento análogo, fornecido pela Contratada.

**Rio de Janeiro, 11 de junho de 2021.**

**ANEXO I – PLANILHAS DE PREÇO ESTIMADO**

**GRUPOS DE TITULARES, DEPENDENTES LEGAIS E ESPECIAIS**

**PLANO BÁSICO “B” (ALÍNEA “b” DO SUBITEM 4.4.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

**BENEFICIÁRIOS: TITULARES + DEPENDENTES LEGAIS + DEPENDENTES ESPECIAIS**

FAIXA ETÁRIA	TITULARES	DEPENDENTES LEGAIS	DEPENDENTES ESPECIAIS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL MENSAL
0-18 ANOS	12	1166	112	R\$ 360,35	R\$ 464.851,50
19-23 ANOS	03	242	46	R\$ 472,81	R\$ 137.587,71
24-28 ANOS	48	24	205	R\$ 543,95	R\$ 150.674,15
29-33 ANOS	260	62	128	R\$ 617,19	R\$ 277.735,50
34-38 ANOS	414	157	97	R\$ 690,59	R\$ 461.314,12
39-43 ANOS	288	110	52	R\$ 735,92	R\$ 331.164,00
44-48 ANOS	257	135	20	R\$ 889,88	R\$ 366.630,56
49-53 ANOS	356	115	18	R\$ 1.173,16	R\$ 573.675,24
54-58 ANOS	336	122	13	R\$ 1.541,18	R\$ 725.895,78
59 OU MAIS	819	469	228	R\$ 2.168,16	R\$ 3.286.930,56
<b>TOTAL</b>	<b>2793</b>	<b>2602</b>	<b>919</b>		<b>R\$ 6.776.459,12</b>
<b>Valor global estimado para 30 (trinta) meses:</b>					<b>R\$ 203.293.773,60</b>
<b>Preço mensal total para 6.314 beneficiários (titulares , dependentes legais e dependentes especiais no Plano Básico “B” - Quarto Privativo).</b>					
<b>Observação:</b> O número de beneficiários acima é estimativo para efeito do critério de julgamento, e não guarda relação com a distribuição dos beneficiários nas modalidades de plano existentes no atual contrato de assistência à saúde do TRT 1ª Região.					

## ANEXO II – PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

### MODELO ARREMATANTE

#### GRUPOS DE TITULARES, DEPENDENTES LEGAIS E ESPECIAIS

**TABELA I – PLANO BÁSICO “B” (ALÍNEA “b” DO SUBITEM 4.4.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

**BENEFICIÁRIOS: TITULARES + DEPENDENTES LEGAIS + DEPENDENTES ESPECIAIS**

FAIXA ETÁRIA	TITULARES	DEPENDENTES LEGAIS	DEPENDENTES ESPECIAIS	PREÇO UNITÁRIO GRUPO B	TOTAL MENSAL
00-18 ANOS	12	1166	112		
19-23 ANOS	03	242	46		
24-28 ANOS	48	24	205		
29-33 ANOS	260	62	128		
34-38 ANOS	414	157	97		
39-43 ANOS	288	110	52		
44-48 ANOS	257	135	20		
49-53 ANOS	356	115	18		
54-58 ANOS	336	122	13		
59 OU MAIS	819	469	228		
<b>TOTAL</b>	<b>2793</b>	<b>2602</b>	<b>919</b>		
<b>Valor global estimado para 30 (trinta) meses:</b>					
<p><b>A - Preço Mensal Total Mensal para 6.314 Beneficiários - Plano Básico B - Quarto Privativo</b> <b>(Titulares , Dependentes Legais e Dependentes Especiais)</b></p> <p>R\$ _____</p>					
<p><b>Observação:</b> O número de beneficiários acima é estimativo e guarda relação com a totalidade de beneficiários existentes no atual contrato de assistência à saúde do TRT da 1ª Região.</p>					

**TABELA II – PLANO BÁSICO “A – “ENFERMARIA” (ALÍNEA “a” DO SUBITEM 4.4.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

**BENEFICIÁRIOS: TITULARES + DEPENDENTES LEGAIS + DEPENDENTES ESPECIAIS**

**Preços para o Plano “Básico A” - Enfermaria (titulares, dependentes legais e dependentes especiais)**

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO - GRUPO DE TITULARES, DEPENDENTES LEGAIS E DEPENDENTES ESPECIAIS</b>
00-18 anos	
19-23 anos	
24-28 anos	
29-33 anos	
34-38 anos	
39-43 anos	
44-48 anos	
49-53 anos	
54-58 anos	
59 ou mais	
<b>Preços Para o Plano Básico “A” - Enfermaria (titulares, dependentes legais e dependentes especiais)</b>	

**TABELA III – PLANO SUPERIOR (ALÍNEA “c” DO SUBITEM 4.4.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

**BENEFICIÁRIOS: TITULARES + DEPENDENTES LEGAIS + DEPENDENTES ESPECIAIS**

**Preços para o Plano Superior (titulares, dependentes legais e dependentes especiais)**

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO - GRUPO DE TITULARES, DEPENDENTES LEGAIS E DEPENDENTES ESPECIAIS</b>
00-18 anos	
19-23 anos	
24-28 anos	
29-33 anos	
34-38 anos	
39-43 anos	
44-48 anos	
49-53 anos	
54-58 anos	
59 ou mais	
<b>Preços Para o Plano “Superior” (titulares, dependentes legais e dependentes especiais)</b>	

**TABELA IV – PLANO “EXECUTIVO” (ALÍNEA “d” DO SUBITEM 4.4.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

**BENEFICIÁRIOS: TITULARES + DEPENDENTES LEGAIS + DEPENDENTES ESPECIAIS**

**Preços para o Plano “Excutivo” (titulares, dependentes legais e dependentes especiais)**

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO - GRUPO DE TITULARES, DEPENDENTES LEGAIS E DEPENDENTES ESPECIAIS</b>
00-18 anos	
19-23 anos	
24-28 anos	
29-33 anos	
34-38 anos	
39-43 anos	
44-48 anos	
49-53 anos	
54-58 anos	
59 ou mais	
<b>Preços Para o Plano “EXECUTIVO” (titulares, dependentes legais e dependentes especiais)</b>	



<b>COMPETÊNCIA:    SETEMBRO DE 2021</b>				
<b>ESTABELECIMENTOS (HOSPITAIS, CLÍNICAS E CENTROS MÉDICOS) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>				
<b>PLANO BÁSICO B</b>				
<b>LOCAL / MUNICÍPIO</b>	<b>ESPECIALIDADE</b>	<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>TELEFONE</b>
<b>TOTAL DE PRESTADORES NA ESPECIALIDADE</b>				
<b>TOTAL DE MÉDICOS CREDENCIADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>				
<b>TOTAL DE MÉDICOS CREDENCIADOS NO BRASIL</b>				
<b>Notas:</b> <b>1-</b> A periodicidade de apresentação da tabela deverá ser trimestral, a contar da data da vigência do contrato; <b>2 –</b> a operadora ou seguradora deverá indicar médicos que apareçam relacionados a mais de uma especialidade, devendo, nestes casos, haver o cômputo de cada um deles apenas uma vez no total geral; <b>3 –</b> O mesmo tipo de exposição dever-se-á dar relativamente aos demais Estados, em relação ao plano cujo preço constituirá o critério de julgamento da licitação; <b>4 –</b> A licitante deverá relacionar, de forma analítica, todos os prestadores próprios ou credenciados, indicando ao final os totais no Estado do Rio de Janeiro e no país, tendo como base o modelo acima sugerido.				

COMPETÊNCIA: SETEMBRO DE 2021				
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
PLANO BÁSICO B				
LOCAL / MUNICÍPIO	ESPECIALIDADE	NOME	ENDEREÇO	TELEFONE
TOTAL DE PRESTADORES NA ESPECIALIDADE				
TOTAL DE MÉDICOS CREDENCIADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
TOTAL DE MÉDICOS CREDENCIADOS NO BRASIL				
<p><b>Notas:</b> <b>1-</b> A periodicidade de apresentação da tabela deverá ser trimestral, a contar da data da vigência do contrato; <b>2</b> – a operadora ou seguradora deverá indicar médicos que apareçam relacionados a mais de uma especialidade, devendo, nestes casos, haver o cômputo de cada um deles apenas uma vez no total geral; <b>3</b> – O mesmo tipo de exposição dever-se-á dar relativamente aos demais Estados, em relação ao plano cujo preço constituirá o critério de julgamento da licitação; <b>4</b> – A licitante deverá relacionar, de forma analítica, todos os prestadores próprios ou credenciados, indicando ao final os totais no Estado do Rio de Janeiro e no país, tendo como base o modelo acima sugerido.</p>				

**ANEXO IV - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR CATEGORIA, SEXO E FAIXAS ETÁRIAS -QUADROS I e II**

**QUADRO I**

**QUANTITATIVO DE TITULARES E DEPENDENTES LEGAIS**

QUANTITATIVO DE TITULARES E DEPENDENTES LEGAIS																												
FAIXA ETÁRIA	TITULARES		111		112		121		122		123		131		141		242		351		352		TOTAL			%		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	MF	M	F	MF
0 -18	8	4	0	0	0	0	596	534	7	13	9	1	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	622	556	1178	9,85%	8,81%	18,66%
19 - 23	1	2	0	0	0	0	118	113	6	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	125	120	245	1,98%	1,90%	3,88%
24 - 28	23	25	1	10	0	2	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	5	0	1	27	45	72	0,43%	0,71%	1,14%
29 -33	158	102	5	17	1	4	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	10	18	3	2	177	145	322	2,80%	2,30%	5,10%
34 - 38	167	247	5	45	5	7	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	39	42	3	8	220	351	571	3,48%	5,56%	9,04%
39 - 43	123	165	16	21	6	10	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	23	25	3	5	171	227	398	2,71%	3,60%	6,30%
44 - 48	113	144	12	36	1	13	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	28	29	8	7	163	229	392	2,58%	3,63%	6,21%
49 - 53	162	194	6	38	3	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	27	20	6	0	204	267	471	3,23%	4,23%	7,46%
54 - 58	158	178	5	30	3	8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	0	1	32	28	4	4	203	255	458	3,22%	4,04%	7,25%
59 ANOS OU MAIS	300	519	22	50	8	9	0	0	0	0	1	0	0	0	20	102	18	72	80	60	13	14	462	826	1288	7,32%	13,08%	20,40%
TOTAL	1213	1580	72	247	27	65	714	647	13	17	15	8	2	4	21	111	18	73	239	228	40	41	2374	3021	5395	37,60%	47,85%	85,45%

**LEGENDA:**

111- Cônjuge sem economia própria

112- Companheiro (a) sem economia própria

121- Filho (a) menor de 21 anos ou estudante até 24 anos, sem atividade remunerada

122- Enteado (a) menor de 21 anos ou estudante até 24 anos, sem atividade remunerada

123- Filho (a) inválido (a)

131- Menor que mantenha sob guarda judicial

141- Pai/mãe sem economia própria

242- Pai/mãe dependente do imposto de renda

351- Cônjuge com economia própria

352- Companheiro (a) com economia própria

ANEXO IV - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR CATEGORIA, SEXO E FAIXAS ETÁRIAS -QUADROS I e II

QUADRO II

QUANTITATIVO DE DEPENDENTES ESPECIAIS

QUANTITATIVO DE DEPENDENTES ESPECIAIS																												
FAIXA ETÁRIA	343		344		361		362		371		372		373		374		375		376		377		TOTAL			%		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	MF	M	F	MF
0 -18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	57	52	0	0	0	0	57	55	112	0,90%	0,87%	1,77%
19 - 23	0	0	0	0	18	17	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0	3	3	0	0	1	0	24	22	46	0,38%	0,35%	0,73%
24 - 28	0	0	0	0	80	110	2	6	0	0	0	0	1	2	0	1	2	1	0	0	0	0	85	120	205	1,35%	1,90%	3,25%
29 -33	0	0	0	0	36	30	4	1	21	33	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	63	65	128	1,00%	1,03%	2,03%
34 - 38	0	0	0	0	43	53	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44	53	97	0,70%	0,84%	1,54%
39 - 43	0	0	0	0	22	24	0	1	0	1	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	23	29	52	0,36%	0,46%	0,82%
44 - 48	0	0	0	0	11	7	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	11	9	20	0,17%	0,14%	0,32%
49 - 53	0	1	0	0	2	7	0	1	0	0	0	0	0	1	2	4	0	0	0	0	0	0	4	14	18	0,06%	0,22%	0,29%
54 - 58	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	9	0	0	0	0	0	0	2	11	13	0,03%	0,17%	0,21%
59 ANOS OU MAIS	39	124	10	23	2	2	0	0	0	0	1	0	0	0	3	13	0	0	3	7	1	0	59	169	228	0,93%	2,68%	3,61%
TOTAL	39	125	10	23	214	252	6	10	22	36	1	0	5	8	7	29	63	57	3	7	2	0	372	547	919	5,89%	8,63%	14,55%

LEGENDA:

- 343- Pai/mãe com economia própria
- 344- Sogro (a)
- 361- Filho (a) maior de 21 anos ou com economia própria
- 362- Enteado (a) maior de 21 anos ou com economia própria
- 371- Genro, nora
- 372- Cunhado
- 373- Sobrinho
- 374- Irmão (a)
- 375- Neto (a)
- 376- Tio (a)
- 377- Primo (a)

## **MINUTA**

**PROCESSO Nº 446/2021 – PE Nº xx/202**  
**CONTRATO DE EMPREITADA POR**  
**PREÇO GLOBAL PARA PRESTAÇÃO DE**  
**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**  
**COMPLEMENTAR A SERVIDORES,**  
**MAGISTRADOS E RESPECTIVOS**  
**DEPENDENTES E PENSIONISTAS.**  
**(Contrato nº 202\_-\_\_\_\_)**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**, instalado na Av. Presidente Antônio Carlos, 251, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 02.578.421/0001-20, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, elaborado de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica deste Egrégio Tribunal, ex vi do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e autorizado pelo Sr. Ordenador da Despesa às fls. \_\_\_\_ dos autos do processo nº 446/2021, com fulcro na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 10.024/19, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de assistência médica complementar a servidores, magistrados e respectivos dependentes e pensionistas, conforme detalhado no Termo de Referência e Anexos, acostados aos autos do processo em referência.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias no limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o estabelecido no artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR** - São partes integrantes do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos acostados aos autos do processo em referência:

a) Termo de Referência e Anexos, acostados às fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_;

b) Edital de Pregão de fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_;

## **MINUTA**

- c) Proposta Comercial da Contratada, acostada às fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_;
- d) Ata de Pregão de fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_;
- e) Nota de Empenho 202\_NE00\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_\_\_, de fls. \_\_\_\_;
- f) Atos nºs 156/2019 e 18/2017 da Presidência TRT/RJ de fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** - A Contratada deverá prestar os serviços na forma do item 4.0 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do presente contrato é de 30 (trinta) meses, contado da assinatura, encerrando-se em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, ressalvada a hipótese de prorrogação nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - O presente instrumento, durante o presente exercício, correrá à conta da dotação orçamentária adiante discriminada: P.T. \_\_\_\_, N.D. \_\_\_\_, do O.G.U.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para fazer face às despesas inerentes à execução do presente ajuste, foi emitida a Nota de Empenho 202\_NE00\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO** - O valor mensal estimado do contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), perfazendo o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), englobando todos os custos diretos e indiretos pertinentes à execução dos serviços do objeto deste contrato, conforme previsto também na proposta comercial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O pagamento será efetuado na forma do item XXIV do Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO DE VALOR POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA** - Os valores inicialmente pactuados poderão ser modificados, na forma e nas condições descritas no item XXII do Edital.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** - São obrigações do Contratante as descritas no Edital e neste instrumento, além das listadas no Termo de Referência.

## **MINUTA**

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** - São obrigações exclusivas da Contratada as constantes do Edital, especialmente em seu item XVII, as detalhadas no Termo de Referência, especialmente em seu item 6.0, bem como as descritas neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** - A Contratada deverá prestar garantia de execução contratual na forma, condições e prazos estabelecidos no item XXIII do Edital, sob pena de aplicação da penalidade e da retenção previstas no mesmo dispositivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO** - A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação, na forma do item XVIII do Edital.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O acompanhamento, o controle, a fiscalização e a avaliação, tratados nesta cláusula, não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implicará em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes ou prepostos.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** - Nos termos dos artigos 81, 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, do art. 7º da Lei 10.520/02, do artigo 49 do Decreto nº 10.024/19, bem como do Ato nº 18/2017 da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que estabelece procedimento para a aplicação das sanções administrativas previstas na referida legislação, fica a Contratada, garantida a prévia defesa, sujeita às penalidades tratadas no item XXV do Edital de Licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO** - Nas hipóteses listadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e nas descritas no Edital de Licitação, o Contrato poderá ser rescindido, em conformidade ainda com o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO POR INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO** - A rescisão decorrente da inexecução total ou parcial do contrato acarretará à Contratada, além da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, as disposições previstas nos artigos 58 e 80 da Lei nº 8.666/93, bem como indenização por perdas e danos que a Contratante vier a sofrer.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA LEGISLAÇÃO** - Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto 3.555/00, Decreto nº 10.024/19 e,

## **MINUTA**

subsidiariamente, pela legislação federal correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de serviços emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO FORO** - Para dirimir todas as questões oriundas do presente ajuste obrigacional, é competente o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária da cidade do Rio de Janeiro.

E, por estarem justos e contratados, entre si, é lavrado o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais lidas e achadas conforme, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE  
(TRT/RJ)

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

2ª) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: